

## **Fernando Paulo Oliveira Magalhães**

*Elaboração de um programa museológico, guião de exposição permanente e proposta de exposição temporária para o Museu Municipal de Moura no âmbito do concurso público n.º 01/2009 DAF. 2009 – Coordenação da participação do CIID – Centro de Investigação Identidades e Diversidades no FITEC (Forum Inovação, Tecnologia e Emprego). 2000–2009: Docente no Instituto Politécnico de Leiria de várias disciplinas na área da antropologia, da museologia e do património – cursos de graduação e de pós-graduação. 2006-2009: Co-fundador e membro coordenador do Centro de Investigação Identidades e Diversidades. 2008 – Docente na Universidad de León das disciplinas: Museos e didáctica e Museos e sus públicos – Curso de Historia del Arte – 1º Ano, 2º Semestre.*

# OS MUSEUS E A MUSEOLOGIA: INSTRUMENTOS DE DEMARCAÇÃO DE UM LUGAR NA ECÚMENA GLOBAL

Fernando Paulo Oliveira Magalhães

## Resumo

Os museus têm constituído importantes meios de afirmação e de construção das comunidades nacionais. A transformação de antigos palácios reais ou da nobreza medieval, em museus públicos, bem como a construção de sumptuosos edifícios museológicos modernos e pós modernos têm simbolizado a nacionalização dos povos e a exaltação do seu espírito comunitário. O edifício museológico e os seus objectos materializam sentimentos subjectivos de pertença a novas comunidades imaginadas construindo-as e sendo, simultaneamente, construídos por elas.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a praça do Império e os museus nela instalados constituíram factores de nacionalização do povo português (Branco, 1995). Actualmente, as regiões europeias procuram afirmar as suas identidades através do património, antigo ou recente, ocupando o museu um lugar de relevo nos discursos que procuram essa objectivação regional, nos palcos europeu e global. É por esta razão que, também em Portugal, mais concretamente em Leiria, a constituição de um “grande” museu regional na capital de distrito constitui um assunto em destaque nas narrativas que pretendem abordar o lugar de Leiria nas sucessivas tentativas de regionalização.

**Palavras-chave:** Museus, Comunidades, Leiria

## **Abstract**

The museums have been important resources for the affirmation and construction of national communities. The transformation of ancient royal or noble palaces in public museums, or the contemporaneous construction of sumptuous museums, has symbolized the nationalization of the people and the exaltation of its community spirit. The museum and its objects materialize subjective feelings of belonging to new imagined communities. They are resources used to construct them.

Over the nineteenth and twentieth century, the Empire square, in Lisbon, and the museums located there, were important agents in the nationalization of the Portuguese people (Branco, 1995). Currently, the European regions are seeking to affirm their identities through the heritage. In this process, the museum is prominent in the discourses that seek the regional affirmation in the European and global stage. In Portugal, specifically in Leiria, the establishment of a "large" regional museum in the district main city is an issue highlighted in the narratives that seek to address the place of Leiria in the successive maps of the Portuguese regionalization.

**Keywords:** Museums, Communities, Leiria

## Da Praça do Império à Nacionalização do Povo Português

Pelos museus nela instalados ao longo do tempo, a praça do Império materializa em dois fragmentos isolados o cerne de uma aspiração intelectual vinda de finais do século XIX: edificar um grande museu do povo português [...].

A fundação do museu leitiano, [...] [é] um padrão erguido para assinalar a nacionalização do povo na vida política nacional. Não invocando personagens, actos heróicos isolados, antes as gentes anónimas transformadas em entidade colectiva. Enaltecendo o sentimento nacional, escavando, pondo à superfície e interpretando fragmentos do seu passado, introduz-se um elemento ideológico na vida actual da nação: o povo e não as classes dominantes perpetuam a nacionalidade. O povo é o elemento instituído como novo factor político na nação [...]

(Branco, 1995: 167-168).

Este trecho de Jorge Freitas Branco ilustra uma das razões pelas quais copiosos autores defensores da regionalização em Portugal, e da região de Leiria, em particular, como Tomás Oliveira Dias, observam os insucessos que desde o início do século XX têm influenciado a construção de um museu da região. Herdeiros das ficções que conduziram à construção das comunidades nacionais e à afirmação das suas identidades (Smith, 1997; Thiesse, 1997; Shore, 2000; Anderson, 2005) através da apropriação de materiais da memória, como os museus, esses autores sublinham a *triste pobreza de Leiria no que se refere à questão dos museus* [TOD]<sup>1</sup>.

Outro problema relativamente à construção e afirmação da nossa região é a triste pobreza de Leiria no que se refere à questão dos museus, tem sido sempre um factor de descontentamento por parte dos leirienses, e as pessoas estão todas de acordo que é preciso um esquema de museus, mas os processos não andam [...]. As Caldas possuem 5 ou 6 museus e, nesse aspecto, dá lições a Leiria.

Leiria teve um velho museu, uma coisa muito pequena da iniciativa do Dr. Agostinho Tinoco tendo-se mantido o espólio. Depois começou a construir-se um museu próximo do antigo claustro do convento de St.<sup>o</sup> Agostinho mas as obras pararam. Actualmente, no Banco de Portugal, ainda há umas exposições.

Nós sabemos que há muito património de Leiria localizado fora de Leiria, guardado noutras instituições e que deveria voltar a Leiria, e sabemos também que, inclusivamente, haveria museus que têm um conjunto de obras de arte muito importante e que cederiam a Leiria. A cidade precisa em absoluto de um museu, não só por razões culturais, mas até por razões económicas, por via da atracção dos turistas. Leiria não o tem, e isso é um problema numa cidade que quer ser uma peça importante no contexto da região.

[TOD].

<sup>1</sup> Entrevista realizada em 05/04/2006, sobre a regionalização em Portugal e a(s) região(s) de Leiria em particular.

Para uma efectiva compreensão dos relativos fracassos com que se têm deparado os projectos de instalação de museus regionais, tem que se recuar à Revolução Francesa e ao significado que a partir desse acontecimento passou a ser atribuído ao museu moderno. Como refere Cristina Pimentel, o museu surgiu *intimamente ligado aos processos de construção da nação e de formação de classes* (Pimentel, 2005: 105). Serviram às elites nacionais para materializarem as suas ideias de comunidade nacional. Por intermédio dos museus aprendia-se a ser cidadão nacional.

De entre os museus nacionais que em finais do século XVIII surgiram em alguns países europeus, o Louvre ficou na história pelo significado político que teve a sua transformação. Ao converter um palácio real num museu público, o governo francês legitimava em 1793 o novo Estado Republicano. O antigo palácio transformava-se num símbolo da queda do antigo regime e da imposição de uma nova ordem.

The French Revolution created the first truly modern art museum when it designated the Louvre Palace a national museum. The transformation of the old royal palace into the Museum of the French Republic was high on the agenda of the French Revolutionary government. Already, public art museums were regarded as evidence of political virtue, indicative of a government that provided the right things for its people. Outside France, too, educated opinion understood that art museums could demonstrate the goodness of a state or municipality or show the civic-mindedness of its leading citizens ... having a bigger and better art museum is a sign of public virtue and national identity – of being recognizably a member of the civilized community of modern, liberal nations

(Duncan, 1991: 88).

Enquanto museu público, o Louvre passava a ser acessível a todos os cidadãos, independentemente da sua classe, pelo que deveria funcionar como uma demonstração clara do empenho do Estado na luta pela igualdade. O museu de arte conferia à cidadania um conteúdo em que *the work of art, now displayed as public property, becomes the means through which the relationship between the individual as citizen and the state as benefactor is enacted* (Duncan, 1991: 94).

Em Portugal o liberalismo seguiu os paradigmas ideológicos que se viviam por toda a Europa da época e que eram consonantes com os provenientes da Revolução Francesa. Na primeira metade do século XIX o rei Pedro IV funda o *Museu de Pinturas, Estampas, e outros objectos de Bellas Artes*. Esta iniciativa insere-se num movimento em que os novos poderes apostam na criação de academias, conservatórios, escolas politécnicas e museus, preocupando-se também com a preservação dos edifícios históricos (Garcia, 1989). Pretendia-se promover a civilização e a cidadania, a difusão da instrução pública e o gosto pelo belo.

O século XVIII português ficou marcado por dois factores no domínio museológico: por um lado é afirmada a ideia do museu público (Vitorino, 1930), que passa a constituir o melhor meio para concretizar os ideais liberais. Por outro lado, são extintas em 1834 as ordens religiosas, sendo o seu património nacionalizado e integrado nos museus públicos.

Segundo Cristina Pimentel (2005) a situação museológica portuguesa não era comparável à dos outros países europeus uma vez que os museus que iam surgindo, continuavam a ser criados e tutelados por uma pequena elite. O Estado português estava falido e só quem detinha poder económico é que comprava os bens confiscados às ordens religiosas e instalava o seu museu particular. A autora defende que, de um modo geral, as várias tentativas de instalação de museus nacionais fracassaram, pois para além da venda do património com o objectivo de obter receitas, os governos liberais do século XIX decidiram manter esses objectos junto dos locais originais, *num processo de devolução de propriedade cultural muito peculiar para a época* (Pimentel, 2005: 104).

### **Leiria em busca do museu do “seu” povo**

O problema do museu de Leiria, enquanto referente de uma memória da região, apresenta-se triplamente complexo no contexto discursivo da região. A primeira problemática prende-se com a ausência de um museu regional, o que parece colocar em evidência o *esboço* que é a região de Leiria.

A segunda problemática radica na noção de capitalidade. A existência de uma cidade capital constituiu um factor importante na conceptualização da comunidade nacional. Enquanto metáforas da grandiosidade das nações que comandavam, as capitais deveriam reforçar a sua monumentalidade com grandes museus nacionais, (Duncan e Wallach, 1978; Cantarel-Besson, 1981; Duncan, 1991; Garcia, 1989; Ramos, 1993; Branco 1999; Magalhães, 2005b). A ausência de um grande museu numa destas capitais simbolizava a fraqueza do poder do Estado sobre a Nação. A terceira problemática tem a ver com o facto de Portugal ter sido pensado e construído como uma Nação culturalmente homogénea e centralizada em Lisboa. A criação do Museu Etnográfico Português por José Leite de Vasconcelos, ou a fundação de fontes literárias como a *Revista Lusitana* ou o *Arqueólogo Português* aprofundaram o processo de nacionalização do povo.

A criação do Museu Etnográfico Português no ano de 1893, uma iniciativa de José Leite de Vasconcelos, foi um marco decisivo nesta modalidade de nacionalização do povo, consagrando-o pela vertente cultural no seio da nação.

(Branco, 1999: 27).

O século XIX ficou ainda marcado pela intenção da criação de museus distritais, referindo a circular, emitida em 25 de Agosto de 1836, a intenção da *construção de uma Biblioteca Pública e de um Gabinete de Raridades, de qualquer espécie, e outro de pinturas, em cada capital de distrito* (Gouveia, 1985: 149). Tratou-se da primeira tentativa de cobertura museológica do país.

Embora podendo porventura concluir-se que o objectivo prioritário desta legislação seria o de proteger “as preciosidades literárias, e científicas que pertenciam aos conventos das extintas Ordens Religiosas”, e de passar a “empregar com proveito Nacional, todos esses poderosos meios de difundir a instrução, e de excitar o gosto pelas letras e belas artes”, será de salientar que se estava perante um programa envolvendo a cobertura museológica de todo o país.  
(Gouveia, 1985: 149).

Com os gabinetes de raridades distritais pretendia-se a inculcação da identidade nacional. A cobertura museológica do país através deste género de “museus” significava a extensão do poder central sobre o território português numa altura em que os meios e as vias de comunicação se encontravam num estado incipiente. Na circular antes mencionada revelam-se como objectivos a atingir: [...] empregar, com proveito Nacional, todos esses poderosos meios de difundir a instrução, e de excitar o gosto pelas letras e belas artes [...] (Circular de 25 de Agosto de 1836: 149). A instabilidade política que caracterizou o nosso país ao longo do século XIX retirou a eficácia a esta determinação legislativa. Apenas em finais do século é que se iniciará um movimento de criação de pequenos museus de âmbito regional que virá a adquirir considerável expressão (Gouveia, 1985: 149). É neste período que, coincidindo com a moda da arqueologia, a disseminação de trabalhos arqueológicos e o aparecimento de espólios variados, surgem os museus arqueológicos regionais. Defendia-se que estes museus deveriam situarem-se no contexto original das escavações, junto aos locais onde os vestígios eram recolhidos (Gouveia, 1985; Ramos, 1993). Para além dos museus de arqueologia destacaram-se uma série de museus agrícolas e industriais que surgiram em Santarém, Coimbra, Guimarães e Figueira da Foz. A proposta de criação de um museu regional de Leiria remonta a 1917 (Ramos, 1993: 46). A ideia inseriu-se nas políticas procedentes da I República que visavam incentivar a criação de museus regionais. A aprovação do projecto museológico leiriense resultou de um processo iniciado com o Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911, em que se revalorizavam os museus regionais como complemento fundamental do ensino artístico e elemento essencial da educação geral (Ramos, 1993: 45). A partir da base legislativa anterior [...] são criados no país, entre 1912 e 1924, treze museus regionais (Gouveia, 1985: 164-165), de entre os quais o Museu

de Arte, Arqueologia e Numismática de Leiria, aprovado pelo Decreto 3553 de 15 de Novembro de 1917. O governo central e o local, por intermédio da Câmara Municipal encarregar-se-iam da manutenção do museu.

Não obstante as sucessivas manifestações de vontade por parte do município em dotar a capital distrital de um museu, como se pode observar pela legislação que se produziu ao longo do século XX<sup>2</sup>, o projecto de edificação do museu regional nunca veio a ser concretizado.

Vários motivos estiveram na origem do fracasso dos museus regionais. A falta de verbas foi um deles, mas a ausência de uma definição político-administrativa das regiões portuguesas constituiu a principal.

Para aqueles que [...] se ocupavam de problemas relacionados com a conceptualização dos “museus regionais”, a delimitação das áreas de intervenção desses organismos e a definição dos critérios a que deveria obedecer colocaram-se sempre como questões fundamentais e difíceis de ultrapassar, dada a contínua ingerência e sobreposição da divisão político-administrativa do País.

(Gouveia, 1985: 177).

Apesar destas dificuldades, Tito Larcher [1860-1932] defendeu a instalação de uma Biblioteca erudita que servisse o distrito de Leiria (Sousa, 2000) e foi o grande impulsionador de obras como o Arquivo Distrital de Leiria, seu primeiro director, e o Museu Regional de Arte, Arquitectura e Numismática (Larcher, 1930; Medeiros, 2006: 08).

José Miguel Medeiros (2006) indica também a falta de meios e de vontade política como os principais responsáveis pela ausência de um museu regional de Leiria.

Os dois poderes, central e municipal, não apoiaram convenientemente a consolidação das instituições culturais anteriormente mencionadas. Aliás, a insensibilidade cultural e falta de determinação dos responsáveis políticos foram gritantes, criando constrangimentos diversos à instalação e funcionamento da Biblioteca, do Arquivo e do Museu, concretamente a falta de instalações e a carência de recursos humanos e materiais. Estes acontecimentos são reveladores das perversidades que, episodicamente, estão associadas ao exercício do poder, nos seus diferentes níveis: o central, ausente e apático, pela distância; o local, vingativo e iníquo, pela proximidade. As dificuldades sentidas por Tito Larcher foram múltiplas: carência de instalações próprias e bem dimensionadas, com mudanças e indefinições sucessivas; falta de água e de luz; insuficiência de

<sup>2</sup> Para além da legislação referida neste texto, observe-se ainda os Decretos produzidos após o 25 de Abril de 1974, e em finais do século XX, nomeadamente em 1980 e 1990, responsabilizando o ex. Instituto Português do Património Cultural pela coordenação de todas as actividades do museu de Leiria (Alínea 17, Artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 02/08/1980 e Decreto-Lei n.º 216/90 de 03/07/1990). Observe-se, ainda, as listas publicadas em anexo dos mesmos Decretos.



mobiliário e equipamento; inexistência de meios para a recolha de documentação para o Arquivo e para o Museu; escassez de recursos humanos e financeiros; deficientes condições de habitabilidade na sua residência.

(Medeiros, 2006: 09).

O espólio do projecto do museu de Leiria encontra-se concentrado no museu da diocese de Leiria-Fátima, no seminário diocesano, e no castelo de Leiria. Para Tomás Oliveira Dias, Leiria, ao contrário de capitais distritais portuguesas como Aveiro, Coimbra ou Viseu, não possui um museu regional. A cidade precisa, na sua perspectiva, de um museu digno de referência. O museu constitui um elemento importante para concretizar uma região cultural leiriense.

Há as cidades intermédias do litoral, Leiria é um caso, Caldas é outro, Pombal, depois Coimbra, claro, Aveiro, Viseu, as últimas detendo importantes museus. Há toda uma possibilidade de valorizar estas regiões mas uma região não se pode valorizar apenas pelo produto económico. De facto uma região tem que se desenvolver no aspecto cultural, senão não podemos falar num verdadeiro desenvolvimento porque o desenvolvimento económico só faz sentido se for para um desenvolvimento integral da pessoa como eu dizia há pouco, ao serviço da pessoa. O desenvolvimento integral da pessoa passa pelos aspectos sociais, económicos, culturais. E portanto é esse país e esta região que é preciso construir.

[TOD].

Algumas das propostas mais recentes acerca da necessidade de um museu que represente a *alma* de Leiria, remontam aos congressos sobre a região de Leiria realizados nos anos 90. Assim, se no primeiro congresso, Henrique Pinto (1995: 134) refere o facto de se tardar a cumprir o alvará de 1971, de criação do Museu de Leiria, no segundo, Américo Ferreira (1999) propõe a comunhão entre os objectos de arte sacra depositados no Seminário de Leiria e o património municipal que se encontra no castelo. Todos estes elementos reunidos em torno de um espaço comum, formado pelo edifício do antigo convento de Santo Agostinho, bem como pelo edifício e logradouros do antigo Seminário, permitiriam constituir o Museu de Leiria, *documento vivo da cidade que habitamos e somos* (Ferreira, 1999: 84). O museu é produto e produtor nos seus campos administrativo, cultural e económico. Como refere António Nabais (1993) os museus de região devem constituir *um instrumento cultural capaz de encontrar soluções para o desenvolvimento integrado de uma comunidade, na medida em que, através dos recursos naturais, da realidade histórica e cultural, é possível descobrir e aproveitar criteriosamente os elementos geradores de riqueza e de qualidade de vida das gentes* (Nabais, 1993:262).

## Bibliografia

- ANDERSON, Benedict (2005) *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70.
- BRANCO, Jorge Freitas (1995) “Lugares para o Povo. Para uma Periodização da Cultura Popular em Portugal”. *Revista Lusitana*, 13-14, pp. 145-177.
- BRANCO, Jorge Freitas (1999) “A fluidez dos Limites: Discurso Etnográfico e Movimento Folclórico em Portugal”. *Etnográfica*, vol. III, (1), pp. 23-48.
- CANTAREL-BESSON, Yveline (1981) *La Naissance du Musée du Louvre*, vol.1. Paris: Editions de la Réunion des Musées Nationaux, pp. XXV.
- CIRCULAR de 25 de Agosto de 1836. In *Diário do Governo*, n.º 203, de 27 de Agosto de 1836.
- DUNCAN, Carol; Wallach, A. (1978) “The Museum of Modern Art as Late Capitalist Ritual”. *Marxist Perspectives*. Winter, pp. 28-51.
- DUNCAN, Carol (1991) “Art Museums and the Ritual of Citizenship”. In Karp, Ivan; Lavine, Steve (eds.) *Exhibition Cultures; the Poetics and Politics of Museum Display*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- FERREIRA, Américo (1999) “O Museu de Leiria”. In *Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro*. Leiria: ADLEI, pp. 83-87.
- GARCIA, José Manuel (1989) *História de Portugal: Uma visão global*. Lisboa: Editorial Presença.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1985) “Acerca do Conceito e Evolução dos Museus Regionais Portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo”. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. 1, p. 149.
- LARCHER, Tito de Sousa (1930) *Estudos de Regionalismo II: A divisão administrativa de Portugal, Correção, Província, Distrito, Região*. Leiria: Tipografia Leiriense.
- MAGALHÃES, Fernando (2005) *Museus, Património e Identidade*. Porto: Profedições.
- MEDEIROS, José Miguel (2006) “Tito Larcher: Um exemplo de autenticidade. Um defensor do distrito de Leiria”. In *Estudos de regionalismo I e II*, (reedição fac-similada da obra de Tito de Sousa Larcher - 2006). Leiria: Arquivo Distrital de Leiria.
- NABAIS, António C. Maia (1993) “Museus de Região”. In Rocha-Trindade, M. Beatriz (coord.) *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- PIMENTEL, Cristina (2005) *O sistema museológico português (1833-1991): em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PINTO, Henrique (1995) “A cultura como projecto de mudança”. In *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: Associação para o Desenvolvimento de Leiria e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria, pp. 132-137.
- RAMOS, Paulo Oliveira (1993) “Breve história do museu em Portugal”. In Trindade, Maria Beatriz Rocha (coord.) *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 19-62.
- SHORE, Cris (2000) *Building Europe: The Cultural Politics of European Integration*. London and New York: Routledge.
- SMITH, Anthony (1997) *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- SOSA, Acácio Fernando de (2000) “Arquivo Distrital de Leiria”. In *Arquivos Nacionais: Antigo Boletim*, N.º 13, Lisboa: IAN/TT.
- THIESSE, Anne-Marie (1999) *La création des identités nationales*. Paris: Seuil.
- VITORINO, Pedro (1930) *Os Museus de Arte do Porto*. Coimbra: Imprensa da Universidade.